

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (TIC) NO URBANO DO SÉCULO XXI E NA EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NA MEGACIDADE DE SÃO PAULO¹

THE ROLE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (ICT) IN THE URBAN 21ST CENTURY AND TO THE EMERGENCE OF NEW SOCIAL MOVEMENTS:

REFLECTIONS ON EXPERIENCES OF THE MEGACITY OF SÃO PAULO

JULIANA BARBOSA ZUQUER GIARETTA^{A, B, E, F}

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade, São Paulo, SP, Brasil

GABRIELA MARQUES DI GIULIO^{A, E, F}

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, SP, Brasil

R E S U M O : A emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem alterado os modos de vida e as relações entre os indivíduos no espaço urbano. Experiências registradas no mundo têm mostrado que os indivíduos, ao se organizarem em grupos e trocarem informações em rede, agindo como actantes, experienciam novos movimentos sociais urbanos, difundem práticas de interação colaborativas e criativas e provocam uma participação mais ativa, que busca superar os limites da esfera opinativa e consultiva. Na megacidade de São Paulo, essas iniciativas também ganham repercussão. Neste artigo são analisadas algumas dessas experiências, buscando refletir a respeito de como as TIC têm sido apropriadas na reivindicação do direito à cidade por meio da mobilização de recursos e estratégias de organização e ação dos cidadãos inseridos nesses novos movimentos.

P A L A V R A S - C H A V E : movimentos sociais; espaços públicos urbanos; direito à cidade; tecnologias de comunicação e informação; megacidade de São Paulo.

A B S T R A C T : The emergence of Information and Communication Technologies (ICTs) has changed lifestyles and relationships among individuals in the urban space. All over the world, experiences have shown that individuals organized in groups are exchanging information in networks, acting as actants, and experiencing “new” urban social movements. They disseminate collaborative and creative interaction practices and provoke more active participation, seeking to overcome the limits of the opinion and consulting spheres. In the São Paulo megacity, Brazil, these initiatives have also repercussions. In this study, we analyze some of these experiences, seeking to understand how ICTs are used by these groups to claim the right to the city. We analyze the use of ICTs by these groups for mobilization of resources, and for strategies of organization and action.

K E Y W O R D S : social movements; urban public spaces; right to the city; information and communication technologies; São Paulo megacity.

¹ As autoras agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (Processo nº 88881.131677/2016-01) pelo suporte à pesquisa realizada e aos comentários dos pareceristas.

Contribuição de cada autor/a: A. fundamentação teórico-conceitual e problematização; B. pesquisa de dados e análise estatística; C. elaboração de figuras e tabelas; D. fotos; E. elaboração e redação do texto; F. seleção das referências bibliográficas.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n1p161>

INTRODUÇÃO

Em um contexto de globalização e cosmopolitização, no qual as localidades internalizam o que é global (BECK, 2002), as cidades parecem exercer papel político revitalizado (GIDDENS, 2005), tanto no enfrentamento da crise contemporânea urbana (LEITE, 2010) e da democracia (BAUMAN, 2016), como na mudança de paradigma em relação ao uso de recursos naturais, à construção de territorialidades, aos processos de produção e à gestão do espaço urbano (LEFEBVRE, 1999; 2014; CARLOS, 2007).

As grandes cidades, aqui entendidas como construções humanas e produtos histórico-sociais resultantes das relações da sociedade com a natureza (LEFEBVRE, 1999; 2014; CARLOS, 2007), agora são maiores em extensão e mais complexas, devido a diversidades existentes, conexões e fluxos globais (LEITE, 2010; SETO; SÁNCHEZ-RODRIGUES; FRAGKIAS, 2010), frutos do processo de capitalismo (HARVEY, 2008; 2014), globalização e revolução tecnológica (DI FELICE, 2009). É exatamente nessas megacidades² que os principais desafios urbanos emergem e necessitam de processos eficazes de governança.

Nesse cenário, a tecnologia, particularmente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem papel central tanto para a ampliação de processos de participação da sociedade, desde fiscalizadora à propositora de melhorias na gestão dos territórios, como para a conformação das diferentes percepções dos indivíduos quanto ao ambiente e, conseqüentemente, dos riscos a que estão expostos (DI FELICE, 2013a; DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012). A emergência das TIC alterou significativamente os modos de vida e as relações entre os indivíduos no espaço urbano, trazendo novas configurações sociais, culturais, comunicacionais e políticas (LEMOS; LÉVY, 2010). As TIC também reconfiguraram as formas de sociabilidade e a própria maneira de habitar o ambiente urbano (DI FELICE, 2009), proporcionando novas possibilidades de atuação e interação dos indivíduos na busca por melhoria das condições de habitação nas cidades.

Mais recentemente, por meio dessas novas tecnologias, principalmente das redes sociais, experiências registradas nos países árabes (“Primavera Árabe”), na América do Norte (“*Occupy Wall Street* – OWS”, nos Estados Unidos), na Europa (“*Movimiento 15-M*” e “Praça do Sol”, na Espanha; “Praça Sintagma”, em Atenas; “Escadarias de Sant Paul”, em Londres) e também na América do Sul (“Ocupe Estelita” e “Jornadas de Junho”, no Brasil) (LEMOS; LÉVY, 2010; LIRA; FERNANDES, 2015) têm mostrado que os indivíduos se organizam e buscam romper com a lógica de atuação da democracia ocidental (DI FELICE, 2009; SANTAELLA; LEMOS, 2010; PEREIRA, 2011; CASTELLS, 2013; SANTOS JUNIOR, 2014) e da comunicação frontal e unidirecional (DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012), de modo a atuarem em um contexto de trocas de informações em rede emitidas por diversos actantes³ (LATOURE, 1996; DI FELICE, 2009; 2013b; LEMOS, 2013). Ao se organizarem em grupos, experienciam novos movimentos sociais urbanos, difundem práticas de interação colaborativas e criativas (DI FELICE, 2009; LÉVY, 2010), provocando a participação ativa, que supera os limites da esfera opinativa e da participação eleitoral (DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012; CASTELLS, 2013), inaugurando um novo jeito de “fazer sociedade” (LEMOS; LÉVY, 2010).

² Cidades que possuem mais de 10 milhões de habitantes, conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU).

³ O termo actante é descrito na Teoria Ator-Rede (TAR) e é usado para referenciar entidades humanas ou não humanas que geram ação, movimento ou diferença (LATOURE, 1996; LEMOS, 2013).

Na megacidade de São Paulo, essas iniciativas também ganham repercussão e são objeto analítico deste artigo, que busca discutir o uso e a apropriação das TIC no processo de organização e ação dos novos movimentos sociais, numa perspectiva de repensar a qualidade de vida na cidade e modificar cenários de descontentamento de longo prazo. Os resultados apresentados a seguir são oriundos de um estudo em andamento, apoiado em revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação participante, que busca compreender como movimentos relacionados a hortas urbanas, mobilidade e uso e ocupação de espaços públicos urbanos, que emergem em São Paulo, se apropriam das TIC em seus processos de formação, atuação, mobilização e projeção. Os dados coletados são discutidos à luz de duas variáveis analíticas: mobilização de recursos e estratégias de organização e ação dos cidadãos inseridos nesses coletivos. Os resultados evidenciam que os novos movimentos sociais estudados na megacidade de São Paulo se apropriam das TIC para ampliar possibilidades de interatividade, definir rumos condicionados ao chamado “direito à cidade”, priorizando relações políticas mais horizontalizadas, dentro de um modelo de auto-gestão, e se apoiando em uma nova forma de ativismo digital em/na rede. A análise da situação de ação desses movimentos sugere que as TIC são utilizadas por esses coletivos e seus integrantes como um meio facilitador para a mobilização de recursos fundamentais para suas ações, divulgação e para organização e estruturação dos seus grupos.

O artigo está estruturado em três seções, para além desta introdução. Na primeira, são apresentados os procedimentos da pesquisa. A seguir, a partir de revisão da literatura, são discutidos elementos que caracterizam o urbano do século XXI enquanto ambiente-espaço e arranjo conceitual. O urbano do século XXI é pensado à luz da atual crise ecológica, emergência de uma ordem pós-escassez, necessidade de processos de compartilhamento do poder decisório e busca por um novo projeto de cidade. As autoras refletem sobre o papel das TIC nesse processo. Na seção seguinte, o artigo foca a emergência de novos movimentos sociais, que surgem e ganham amplitude por meio das TIC e buscam o direito à cidade, com transformações do uso e ocupação dos espaços públicos. As iniciativas que emergem na megacidade de São Paulo são discutidas e pensadas à luz da literatura revisada. Finalmente, nas conclusões, indicam-se vias possíveis para pesquisas futuras focadas nas conexões entre tecnologia, movimentos urbanos, governança e uso e produção do espaço urbano.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para observar mais de perto experiências associadas a esses movimentos em São Paulo, o artigo centra-se em coletivos que atuam nas temáticas de Hortas Urbanas, Mobilidade Urbana e Uso e Ocupação de Espaços Públicos. Ao tratarem de temas recorrentes no cotidiano contemporâneo, esses coletivos colocam em evidência a apropriação das TIC em seus processos de formação, atuação, mobilização e projeção.

A investigação conduzida se vale de três principais estratégias metodológicas, a partir da situação de ação estudada: pesquisa bibliográfica e documental, centrada em referenciais teóricos e analíticos dentro do escopo do estudo e em publicações sobre os coletivos estudados; entrevista semiestruturada e observação participante. Os dados apresentados e discutidos neste artigo são provenientes desse arcabouço teórico-

4 Aprovadas pelo Comitê de Ética – nº do Parecer: 1.687.653.

analítico e de 28 entrevistas realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2016 com integrantes desses novos movimentos, no formato semiestruturado (com roteiro de perguntas previamente estabelecido)⁴, através de dispositivos virtuais como Skype, Whatsapp e Google Hangouts, ligações telefônicas e presencialmente. Para escolha dos entrevistados optou-se pela técnica Bola de Neve (*snowball*), em que um indivíduo sugere ao pesquisador o nome de outro, que provê o nome de um terceiro indivíduo, e assim por diante (ATKINSON; FLINT, 2001). Para a pesquisa, a decisão sobre quem seriam os primeiros indivíduos entrevistados de cada movimento social se pautou na frequência de seus nomes ligados a notícias sobre as temáticas estudadas, tanto nas mídias de massa como nas principais redes sociais. Para tratamento dos dados coletados, optou-se pela técnica da Análise de Conteúdo Temática como forma de “[...] descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209).

Os resultados discutidos neste artigo também incluem dados da observação e participação, no período de 2015 a meados de 2017, de rotinas e situações consideradas relevantes para compreensão da ação dos coletivos, particularmente: i) acompanhamento de informações e trocas de mensagens veiculadas na *timeline* do Facebook (*posts* e comentários nos perfis individuais e grupos de discussões abertos ao público ou fechados, com acesso de pessoas envolvidas nesses movimentos); ii) participação da pesquisadora em eventos realizados pelos movimentos, com presença física ou virtual em seminários, reuniões dos grupos e mutirões de plantios coletivos, por exemplo.

USO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: DAS CIDADES AO URBANO DO SÉCULO XXI

Durante o século passado e especialmente após a segunda metade, o desenvolvimento da cidade foi acelerado pelas promessas de crescimento econômico, progresso social pós-guerra e corrida industrial (LEFEBVRE, 1999; CARLOS, 2007; HARVEY, 2014). A promessa de mais e melhores oportunidades profissionais e a melhoria da qualidade de vida inflaram as cidades (CARLOS, 2007; LEITE, 2010), fazendo delas “[...] ambientes únicos de uma desejável, democrática e estimulante concentração de diversidade” (LEITE, 2010, p. 119) e complexidade. Contudo, como argumenta Harvey (2008, p.74), as cidades também são fruto “da concentração social e geográfica do produto excedente”, sendo a urbanização um fenômeno de classe, já que, na perspectiva do autor, o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em algumas poucas mãos.

As megacidades, concentradas atualmente, em sua maioria, em regiões menos desenvolvidas do “Sul Global”⁵, lidam diariamente com problemas relacionados à densidade populacional, desigualdade social, modernização de infraestrutura, logística urbana e questões ambientais (DI GIULIO et al., 2017), que têm sido pautas constantes e objetos de disputas e conflitos nas arenas políticas (ONU-HABITAT, 2016; MATIAS, 2014). Para além desses problemas, tais cidades, dominadas pelo poder privado em detrimento do público, produziram e continuam a produzir

5 Das 31 megacidades existentes em 2016, 24 estão localizadas nessas regiões, tendo a China, sozinha, acomodado seis delas e a Índia, cinco (ONU-HABITAT, 2016).

espaços cada vez mais fragmentados, marcados por vazios em quantidade significativa, representados por terrenos estocados como reserva de valor, seguindo a estratégia dos empreendedores imobiliários (CARLOS, 2007).

Tais modificações não apenas afetam sobremaneira os modos de vida contemporâneos, mas transformam a concepção de urbano, entendido neste artigo desde a perspectiva de Lefebvre (1999; 2014) e Carlos (2007), designando não mais a cidade ou a vida nela, mas a constituição de uma realidade pela sociedade, que engloba e transcende a cidade e o lugar, isto é, um local de modificação produzido socialmente e onde surgem as contradições, a partir de interesses e uso de poder de modo individualizado. Esse novo urbano também reverbera a atual crise ecológica (MORIN, 2001; BECK, 2010), que é prioritariamente socioambiental, política, geográfica, cultural (MATIAS, 2014), mas também de autonomia (SOUZA, 2008; BAUMAN, 2016). Na perspectiva do sociólogo alemão Ulrich Beck (2010), somos testemunhas oculares de uma ruptura no interior da modernidade (de uma sociedade industrial clássica) e da emergência de uma nova forma, denominada sociedade de risco. Esta se caracteriza tanto pelo fato de que a produção e distribuição social de riquezas (trabalho, bens, seguridade social) se veem hoje acompanhadas da produção e distribuição social de riscos (poluição, crises econômicas, terrorismo etc.), como pela necessidade de remediar os riscos e lidar com efeitos não previstos que a própria sociedade produziu. Daí a ideia de modernização reflexiva, central no conceito de sociedade de risco (BECK, 2010). Essa modernização reflexiva implicaria uma reflexão sobre os limites e contradições da ordem moderna e possibilidades de um engajamento político positivo (GIDDENS, 1999).

Numa concepção de sociedade com maior capacidade de reflexão de seus atos e cada vez menos presa às estruturas hierárquicas (BECK; GIDDENS; LASH, 1996), é possível esperar uma ordem de pós-escassez, como argumenta Giddens (1999), que começaria a emergir na medida em que os indivíduos reestruturassem suas vidas profissionais, valorizando outros aspectos além da sua prosperidade econômica. Para esses autores, as principais mudanças sociais observadas já não ocorrem mais em nível de Estado. Beck, por exemplo, nos lembra que ambiente e qualidade de vida são temas que não tiveram origem nos palcos formalmente organizados do sistema político, mas foram organizados por movimentos sociais espontâneos. Se na modernidade simples os direitos de cidadania eram relacionados à igualdade diante da lei, direitos políticos e sociais do estado de bem-estar, Lash sustenta que, na modernidade tardia, atual momento em que estamos, os direitos de cidadania foram transformados em direitos de acesso às estruturas de informação e comunicação (BECK; GIDDENS; LASH, 1996).

O cenário desafiador que caracteriza o urbano do século XXI demanda, assim, respostas que lançam mão de processos de compartilhamento do poder decisório (DAGNINO; OLIVEIRA, 2006), dentro de abordagens plurais e interativas de poder (GAUDIN, 2001), que envolvam a coordenação entre atores interdependentes, de forma a lidar com questões de ação coletiva e de cooperação (GUIMARÃES; MARTIN, 2001) com características de transparência e *accountability*. Essa “nova” governança só é possível por meio da interação de diversos atores da sociedade, incluindo o Estado, que poderão compartilhar poderes decisórios e definir os rumos na busca pela sustentabilidade (MATIAS, 2014). Como observa Beck (2010), é necessária a elaboração de novas formas de participação direta nos processos de tomada de decisão no interior do sistema político, de modo a redesenhar as bases de legitimação da política estatal.

É nesse contexto que podem ser problematizados os novos movimentos sociais urbanos que surgem com foco no chamado direito à cidade (HARVEY, 2008; 2014), numa perspectiva de justiça social e busca da felicidade por meio de reivindicações, incluindo entre elas maior participação democrática (SANTOS JUNIOR, 2014). Esse direito está associado à demanda coletiva por um novo projeto de cidade, ligado à criação de uma vida urbana alternativa, menos alienada e que promova a emancipação humana (SANTOS JUNIOR, 2014). Desde esta perspectiva, esses movimentos buscam a construção, revitalização e ocupação de espaços urbanos comuns, aqui entendidos como espaços dentro de uma cidade que são de uso público, de posse coletiva e pertencem à autoridade pública ou à sociedade como um todo (SANTOS JUNIOR, 2014).

Nessa busca, acesso à informação suficiente e confiável e igualdade de chances de participação nas tomadas de decisões que afetam diretamente a sociedade são condições *sine qua non* para o surgimento de uma esfera pública, protagonizada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (SOUZA, 2008). As TIC têm papel central nesse processo ao abrirem possibilidades aos cidadãos de se empoderarem por meio de articulações e processos colaborativos, valorizando capitais sociais e (re) construindo uma sociedade que valoriza a colaboração e ações para melhoria da qualidade no ambiente urbano. As TIC reconfiguram o processo de produção do espaço público e ampliam processos de negociação e decisão, particularmente em situações de risco e conflitos de poder e interesse. Não que antes do surgimento dos dispositivos virtuais não existissem movimentos sociais que buscassem a melhoria da gestão na cidade, mas a existência e o uso dessas tecnologias proporcionam formas inéditas de habitar e perceber o espaço público (DI FELICE, 2009; DI FELICE; TORRES; YANAZE, 2012), trazendo em si mudanças de práticas sociais e de ações coletivas numa velocidade de difícil monitoramento, mas de fácil poder de transformação social.

É preciso reconhecer, contudo, que as possibilidades inauguradas e/ou aceleradas pelas TIC estão longe de ser equitativas e igualitárias. Uma vasta literatura reconhece e discute a existência de barreiras socioeconômicas que não permitem para todos o acesso à tecnologia, principalmente o custo elevado e o alto índice de analfabetismo digital (BARBER, 1984). Riscos relacionados à segurança de dados, abordagem superficial de assuntos disponibilizados e discutidos nas mídias digitais, fluidez das relações e manipulação na divulgação das informações são exemplos negativos associados ao uso dessas novas tecnologias (SMITH, 2005; BAUMAN, 2016). Castells (2010) reconhece que, especialmente para a classe trabalhadora, a emergência e o uso das TIC desencadeiam efeitos negativos, como redução de salários e demissão em massa pela substituição da mão de obra humana pela automação (CASTELLS, 2010), além de mudanças estruturais de aspectos trabalhistas que, agora, rompem as fronteiras de “locais de trabalho”, com funcionários cada vez mais conectados fora de seus postos e horários (VALCOUR; HUNTER, 2005).

Quanto aos processos decisórios, se por um lado as TIC amplificam o acesso e compartilhamento de informações e possibilitam redução dos custos para participação (que não precisa mais ser física e presencial), envolvimento de diferentes atores com outras redes de conexões criadas numa lógica de livre-associação e de auto expressão, aumento da transparência nos processos de consulta ou deliberação (VON WALDENBERG, 2004) e do poder da participação nas decisões governamentais, ampliando oportunidades de influenciar a governança (DI FELICE, 2009, 2013a;

LEMOS; LÉVY, 2010; SANTAELLA; LEMOS, 2010; KARAMAGIOLI et al., 2010; CASTELLS, 2013), fomentando uma democracia eletrônica – uma *cyborgracia* (TORRES, 2008); por outro, o sucesso da e-participação depende de infraestrutura existente para implementação de TIC, educação tecnológica da sociedade e, sobretudo, aceitação por parte do governo e de seus funcionários quanto ao uso dessas iniciativas (MOON, 2002; JAEGER; MATTESON, 2009).

Nesse sentido, os resultados dos processos participativos descritos diferem entre países e culturas. Enquanto experiências positivas de uso das TIC nos processos decisórios se somam na Europa, no Canadá e no Brasil (TORRES, 2008), por exemplo, outras realidades evidenciam as limitações e barreiras ainda existentes em países menos democráticos, como o caso da censura à utilização das TIC na China (DANN; HADDOW, 2008). No Brasil, estudos sobre experiências de uso de TIC por organizações não governamentais também apontam limitações quanto à participação e interação dos indivíduos, especialmente considerando que os espaços criados para discussão pública com os dispositivos lançados ainda carecem de estratégias comunicacionais que favoreçam e ampliem de fato seu uso (OLIVEIRA; SANTOS, 2013).

À parte dessas limitações, reconhece-se que as TIC propiciam a emergência de movimentos importantes nas chamadas “metropoleletrônicas” (DI FELICE, 2009), lócus caracterizados por fluxos de informação e novas territorialidades que estão em contínua mutação e devir e proporcionam o surgimento de espaços e fluxos comunicativos em rede (CASTELLS, 2010), os quais, em última instância, reverberam uma nova forma de habitar pós-urbana. É essa inédita maneira de enxergar o mundo, alicerçada em técnicas informativas conectivas, que proporciona mudanças nas práticas sociais para melhoria das condições de habitação nas cidades de modo rápido e não mais planejado, envolvendo ações criativas e colaborativas lideradas pelo que chamamos de novos movimentos sociais urbanos (CARLOS, 2007; DI FELICE, 2009).

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O DIREITO À CIDADE: O CASO DE SÃO PAULO

Para observar experiências associadas aos esses novos movimentos sociais que surgem na megacidade de São Paulo, o artigo centra-se em coletivos cujas discussões e ações estão voltadas ao espaço urbano, particularmente em três temáticas: Hortas, Mobilidade e Uso e Ocupação de Espaços Públicos, descritos a seguir. Os resultados apresentados e discutidos posteriormente permeiam duas variáveis analíticas quanto ao uso das TIC por esses movimentos: formas de mobilização de recursos e estratégias de organização e de ação de seus integrantes.

HORTAS URBANAS ORGÂNICAS E COMUNITÁRIAS

Os “Hortelões Urbanos”, uma rede que conta atualmente com mais de 60 mil integrantes e tem como foco interação e discussão on-line sobre agroecologia de modo geral, e outras iniciativas de coletivos como “Flores no Cimento” e “Novas Árvores Por Ai”, ambos com objetivos de promoção e aumento de áreas verdes na cidade por meio de plantios em mutirões, oficinas e palestras educativas, são exemplos que emergem na megacidade, alinhados a outras experiências semelhantes que têm surgido em

diversos países. Recentemente, é possível observar a ampliação do número de hortas comunitárias orgânicas em São Paulo, conforme informações obtidas por meio das entrevistas realizadas, com foco especial na zona Oeste da cidade, que parece ser um *locus* fertilizador dessas experiências desde a inauguração da “Horta das Corujas”, em 2012. Tal iniciativa se ramificou para outras zonas da cidade, dando origem, por exemplo, à “Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP)” e à “Horta dos Ciclistas”, na zona central, à “Horta Comunitária da Saúde”, na zona Sul, à “Horta das Flores” na região Leste, à “Horta da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP)” e às “Batatas Jardineiras”, no Largo da Batata, zona Oeste.

Na Europa, existem aproximadamente três milhões de hortas/jardins urbanos; a maioria deles, como acontece em São Paulo, é autogestionada pelas comunidades locais. Denominados “*Urban Green Commons*”, são entendidos como espaços verdes em ambientes físicos e urbanos, podendo ser de domínio público ou privado e dependem da gestão e organização coletiva de indivíduos (COLDING; BARTHEL, 2013). São apontados, em estudos recentes, como uma das estratégias de adaptação e resiliência das cidades perante mudanças climáticas (adaptação baseada em ecossistema) e promoção de bem-estar (COLDING; BARTHEL, 2013).

No caso de São Paulo, algumas dessas hortas são resultado de ocupações ilegais de terrenos públicos ou de espaços do poder privado, que permaneciam, na concepção dos participantes dessas iniciativas, vazios e sem vida, conforme relata uma das entrevistadas, ao problematizar o plantio de hortas/jardins urbanos na capital paulista:

Guerrilha Garden é quando você chega ao espaço público e começa a plantar sem pedir licença para ninguém com seus próprios meios [...]. A gente não usa publicamente esta palavra porque ela dá muita margem para mal-entendido.[...] A Horta dos Ciclistas foi totalmente nesta forma de guerrilha, um belo dia nós tiramos as coisas do carro e fizemos a horta.

Para Sassen (2017), esses espaços vazios são frutos de um processo de esquecimento da história urbana e, por isso, são invadidos de modo proibido, como uma provocação à destruição das memórias urbanas antigas existentes nas cidades. É o que a autora denomina “amnésia urbana”. Embora exista a lei nº 16.212, sobre Gestão Participativa de Praças, proposta em 2013 pelo então vereador Nabil Bonduki e sancionada pelo prefeito Fernando Haddad, em 10 de junho de 2015, ela nunca foi implementada de fato, o que faz que a maioria dessas hortas exista sem reconhecimento oficial do governo, gerando insegurança para os envolvidos, como aponta a entrevistada:

[...] A gente está num limbo, o Nabil Bonduki criou aquela Lei das Praças, mas esta lei não foi implementada [...]. Hoje existe uma anuência informal [...] a Subprefeitura sabe que a horta existe, respeita, mas não existe uma formalização e a gente está neste caminho [...]. Nenhuma horta comunitária em espaço público no Estado de São Paulo é oficial.

ESPAÇOS PÚBLICOS: OCUPAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Em São Paulo, é possível observar também a emergência de movimentos com foco na revitalização de praças e espaços públicos. Um dos exemplos estudados e que parece ser pioneiro na temática é o “Movimento Boa Praça”, que surgiu em 2008 por iniciativa de moradores do bairro Alto de Pinheiros. Inicialmente com foco na revitalização

da Praça François Belanger, hoje se estende a outras praças do mesmo bairro, por meio de iniciativas como o movimento da “Casinha”, na Praça Waldir Azevedo, com objetivo de “[...] mobilizar cidadãos, empresas, governos e instituições para ocupar e revitalizar os espaços públicos, em especial as praças da cidade, devolvendo a elas o seu propósito inicial: o de locais de convívio, lazer, debate e inclusão” (MOVIMENTO BOA PRAÇA, s.d.). Importantes conquistas, inclusive políticas, já foram alcançadas por esse coletivo, como relata a precursora do movimento entrevistada neste estudo:

[...] Começamos a participar de um grupo mais amplo para fazer um plano de bairro da Vila Jatá [...] e chegamos no Ecobairro que é a convergência local onde todos querem chegar [...]. Fizemos propostas para o zoneamento urbano junto à prefeitura [...] criamos uma Lei sobre Gestão Participativa de Praças (Lei Nº 16.212) [...] virei conselheira do CADES⁶ de Pinheiros e venho tentando fazer estas mobilizações no território.

6 Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Outra experiência que envolve o Largo da Batata começou com um grupo de moradores do local em 2014, com foco na revitalização desse espaço situado no bairro de Pinheiros e que, após um processo de Operação Urbana, em 2007, implementado pela prefeitura envolvendo expansão de linhas de ônibus e metrô, foi modificado drasticamente. O espaço amplo e concretado, sem qualquer área verde ou possibilidade de convívio social e cultural, incomodou um grupo de pessoas e fez emergir esse e outros coletivos que ali se formaram e continuam atuando em outros pontos da cidade. Uma das ações desses indivíduos foi criar um grupo no Facebook chamado “A Batata Precisa de Você!”, que hoje conta com mais de 6 mil participantes. O resultado das ações realizadas pelo movimento pode ser observado na prática: o Largo da Batata passou a ser uma praça mais arborizada, com infraestrutura para utilização social e realização de eventos culturais, recebendo recentemente ao seu redor (um canteiro abandonado) o plantio de aproximadamente 400 árvores, fruto de um mutirão de pessoas envolvidas em questões de agroecologia urbana e que tomaram conhecimento desse plantio pela divulgação no Facebook.

Nessa mesma perspectiva, o coletivo “Ocupe & Abrace”, que atua na Praça Homero Silva (depois apelidada pelos próprios integrantes do movimento como “Praça da Nascente” devido às nascentes que ali existem), emergiu com os moradores do entorno, que não se sentiam felizes com a situação de abandono e descaso do local. A análise das entrevistas realizadas com alguns integrantes desse coletivo revela que foi em meados de 2013 e por meio de um concurso chamado “A Pompeia que se Quer”, promovido pela “Cidade Democrática”⁷, que a proposta principal de restauração das nascentes, criação de horta comunitária e preservação de berços agroflorestais foi iniciada, resultando em uma praça modificada: “Antes as pessoas tinham medo de entrar na praça porque era um lugar sem ninguém. Hoje elas têm convívio super harmonioso, pacífico e interativo. Antes tinha muito crime e hoje tem abertura. Não tinha iluminação e coleta de lixo e exigimos que a Subprefeitura fizesse isso”, relata uma entrevistada. A própria transformação desse espaço público parece ter motivado mudanças de comportamento em alguns moradores locais, mais preocupados com o descarte inadequado de lixo (antes feito na praça) e com cuidados voluntários para evitar que o lugar volte a ser percebido como inseguro, graças à visibilidade que a praça ganhou nas redes sociais e à inserção de alguns membros do coletivo na Subprefeitura de Pinheiros.

7 Plataforma eletrônica que promove colaboração entre cidadãos, governo e sociedade em geral.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

A mobilidade urbana é outra causa que tem ocupado esses coletivos, os quais buscam, por meio do uso das TIC, chamar a atenção para e agregar indivíduos em torno de um objetivo comum: que a cidade de São Paulo não negligencie outras formas de mobilidade ativa, para além do carro, e desperte para uma relação mais significativa entre os cidadãos e as ruas. Exemplo dessas iniciativas é o coletivo “Bike Anjo”, que ensina, sem custo, pessoas a andarem de bicicleta nas cidades, por meio da ação de voluntários. A Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade) é um dos principais órgãos responsáveis no município pela construção de políticas públicas voltadas para a mobilidade por bicicleta desde 2009. Sua atuação, em parceria com a gestão municipal e outros coletivos de mobilidade urbana, trouxe resultados significativos no uso de bicicletas na cidade, como faixas exclusivas espalhadas por pontos estratégicos, implantadas na gestão pública anterior. Os resultados alcançados por esse movimento são elencados por um entrevistado:

Em 2012 fizemos com que candidatos a prefeito em São Paulo assinassem uma carta compromisso com a mobilidade na cidade por bicicleta [...] isso se concretizou dentro do plano de metas do Haddad de se construir 400 km de vias cicláveis. Depois teve a criação da Câmara Temática de Bicicleta para discutir qualidade das ciclovias e traçados e a vitória da Paulista Aberta e, como consequência disso e no âmbito da CET, conseguimos que fosse criada uma Câmara Temática para a Mobilidade a Pé [...].

O transporte a pé na cidade também tem agregado indivíduos em torno de coletivos, como o “Corrida Amiga”, “Cidade a Pé” e “Sampa Pé”, que promovem ações para melhoria de acesso e qualidade das calçadas e ampliação do conhecimento dos paulistanos acerca da cidade onde vivem. Um exemplo foi a campanha “Calçada Cilada”, idealizada pelo Instituto Corrida Amiga com apoio de outras organizações e movimentos sociais, com objetivo de engajar a população em favor de cidades caminháveis e acessíveis, fiscalizando calçadas por meio da utilização de um aplicativo digital, conforme relata uma das entrevistadas e idealizadoras dessa campanha: “[...] Neste ano de 2016 já conseguimos denúncias de mais de 80 municípios do Brasil e se não fosse o recurso tecnológico ia ser bem mais difícil para termos abrangência tão grande em território nacional”.

O QUE SÃO ESTES MOVIMENTOS E COMO USAM AS TIC

De modo geral e apesar de possuírem semelhanças com os movimentos sociais “antigos”, as experiências que emergem atualmente na megacidade de São Paulo podem ser chamadas de novos movimentos sociais/coletivos urbanos (DI FELICE, 2009; GOHN, 2014; LIRA; FERNANDES, 2015) pelo modo como buscam a construção de uma sociedade democrática (GOHN, 2011), com novo fôlego para a democracia, priorizando relações políticas mais horizontalizadas (SCHERER-WARREN, 1995) e atuando num modelo de autogestão (*self-organization*) dos recursos existentes. Esses movimentos ignoram bandeiras políticas, desconfiam da mídia e rejeitam hierarquias e organização formal, apoiando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e as tomadas de decisão (CASTELLS, 2013). Tratam-se de agregações de

coletivos urbanos, isto é, movimentos menores de cidadãos em rede que nascem das contradições existentes nas cidades e têm como papel central conscientizar, informar e engajar os cidadãos na busca do direito à cidade (HARVEY, 2008), por meio de práticas de pressão/mobilização voltadas às disputas de uso e ocupação de espaços públicos. Assim, funcionam como “[...] caixas de ressonância das esferas sociais [...] capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas” (PEREIRA, 2011, p. 7), com possibilidades de conectar o local com o global (DI FELICE, 2013a).

Para Di Felice (2013b, p. 10), estamos diante de uma nova forma de ativismo digital em/na rede, denominada “net-ativismo”, isto é, “[...] um conjunto de ações que não acontecem mais simplesmente no interior das molduras políticas [...]”. A essa nova modalidade de organização e ação política, que tem origem nos anos 1990, dá-se o nome de “ciberativismo” e pode ser definida como “[...] um novo tipo de participação baseada na construção de redes informativas pela difusão de informações na web [...]” com objetivo de “[...] maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos *new-global* [...]” por meio de cidadãos que habitam as redes digitais e “[...] cujas pautas reivindicatórias e de ação *glocal* avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade” (DI FELICE, 2013a, p. 53-54), muito semelhante à lógica de atuação dos coletivos urbanos analisados na megacidade de São Paulo.

Esses movimentos se mostram como resultado de co-ações e interações entre diversos actantes, portanto, como “[...] expressão de uma nova cultura habitativa que se exprime por formas complexas de interdependências” (DI FELICE, 2013b, p.10). Como afirma Lemos (2013, p. 5), o actante é o que “faz fazer”, “[...] o mediador, o articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associação com outros”. Seus usuários se tornam diferentes daqueles imersos na lógica da cyborgracia de Torres (2008), uma vez que não são há apenas participações políticas envolvidas em suas ações, mas práticas resultantes de um ativismo que só está em ação por meio desses actantes, que já teriam ultrapassado a visão de domínio do território e fronteiras e possuiriam um novo olhar ecológico sob o *habitat*, isto é, uma visão pós-urbana (DI FELICE, 2013b). Nesta concepção, actantes podem ser identificados nesta lógica da ação como indivíduos, aplicativos, governo, ambiente, conexão da internet e *smartphones*.

As interações e conexões fomentadas pelos coletivos/movimentos citados proporcionam a criação de novos cenários sociais, modificando o contexto da sociabilidade que, no urbano do século passado, estava fragmentado em setores, instituições, departamentos e agora, no urbano do século XXI, se manifesta por meio de interfaces comunicativas com características híbridas. Dessa forma, torna-se quase impossível distinguir identidades de funções de cada envolvido (DI FELICE, 2009). Suas ações vão desde ocupações de locais públicos (mesmo que ilicitamente, sob o ponto de vista da legislação) para criar hortas comunitárias e revitalizar espaços abandonados a negociações relacionadas à mobilidade, como os exemplos estudados em São Paulo. Nesse sentido, os actantes, em sinergia e sentindo-se corresponsáveis pela gestão das cidades, tentam proporcionar uma “nova” concepção de gestão pública territorial e democrática, avançando em suas reivindicações de modo *glocal*, isto é, partindo de uma visão global, mas com ações especificamente locais (DI FELICE, 2013a). São

considerados, assim, agentes modeladores do espaço urbano, pertencentes a grupos específicos, definidos e organizados de acordo com objetivos e critérios locacionais, étnicos, de afinidade etc.

Em comum, os movimentos analisados se apropriam das TIC e as utilizam como recurso principal de organização e estruturação de seus grupos, para que posteriormente consigam, por meio da divulgação de informações e conexões realizadas nessas plataformas interativas, elaborar estratégias para influenciar diretamente a tomada de decisão do governo, com visibilidade ampliada de suas reivindicações em canais tradicionais da mídia (televisão e jornal). Nesse entendimento, podem ser considerados movimentos sociais que confrontam o poder nos processos de decisão com uma elevada capacidade de monitoramento democrático (*monitory democracy*), graças ao suporte das novas tecnologias, com acesso a fontes de informações políticas, reforçando o senso de empoderamento (*empowerment*) dos seus integrantes (ANTONUCCI; FIORENZA, 2016).

A articulação entre o movimento “Ocupe & Abraçe” e a rede “Minha Sampa”⁸ na utilização de ferramentas on-line disponibilizadas por esta para pressionar o poder público contra a construção de um empreendimento imobiliário no entorno da Praça da Nascente é um exemplo de uso e apropriação das TIC em estratégias de ação por esses coletivos. Além de fortalecerem o movimento, essa articulação e o amplo uso das TIC possibilitaram maior repercussão das ações do grupo, com divulgação de reportagens em rede de televisão de alcance nacional. A atuação da Ciclocidade em parceria com coletivos de mobilidade urbana é outro exemplo de que esses movimentos se apropriam das TIC como recurso principal de organização e estruturação de seus grupos, ampla divulgação de informações e como estratégia para influenciar diretamente a tomada de decisão. Tendo em vista o anúncio de aumento da velocidade nas marginais da cidade de São Paulo, feito pela nova gestão pública municipal, e munidos de dados sobre a diminuição do número de mortes entre os anos de 2015 e 2016, quando a velocidade tinha sido reduzida, esses coletivos conseguiram uma liminar contra a decisão, suspensa posteriormente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda que a velocidade tenha sido aumentada, o assunto gerou debates acalorados, ganhando mais adeptos na busca por uma cidade mais segura em termos de mobilidade, a exemplo de outras cidades do mundo que já reduziram as velocidades de suas vias e melhoraram o acesso aos meios de transporte e a qualidade deles.

A análise dos dados da pesquisa sinaliza também que, de modo geral, as TIC são utilizadas por esses coletivos e seus integrantes como meio facilitador para a mobilização⁹ de recursos fundamentais às ações: materiais (financeiros e infraestrutura), semelhante à lógica da Teoria de Mobilização de Recursos (ALONSO, 2009); capital social, entendido aqui como a somatória dos recursos provenientes de interações realizadas nas redes sociais (QUAN-HAASE; WELLMAN, 2004), carregadas de valores, num esforço de sociabilidade (BOURDIEU, 1985); e poder, analisado no contexto da ação comunicativa em rede (CASTELLS, 2015). Essa lógica de mobilização de recursos vai ao encontro do que Garrett (2006) apontou como as três principais estruturas dentro dos movimentos sociais: mobilização (mecanismos que permitem a organização, como as TIC); socialização (ciclos de amizade e redes de ativismo, como o Facebook); e oportunidades (condições favoráveis para a atuação, como a atual crise da democracia ocidental). Além disso, esses recursos são mobilizados dentro de uma lógica de influenciar processos de tomada de decisão (RENN, 1992), sobretudo na

⁸ Rede que acompanha de perto as decisões tomadas na cidade de São Paulo com foco no alerta e na mobilização de paulistanos por meio da divulgação de informações e elaboração de ferramentas para pressionar os poderes em decisões que afetam a cidade.

⁹ Mobilização aqui é entendida como um caminho desenhado pelos movimentos sociais para que possam adquirir recursos suficientes para tornar suas ações coletivas passíveis de execução (TILLY, 1978).

perspectiva de obter suporte e atenção do público em geral para as causas defendidas.

No caso de recursos materiais, a mobilização é mais visível nas ações dos grupos envolvidos em hortas urbanas e espaços públicos que, por vezes, necessitam de produtos e processos para sua manutenção, envolvendo a realização de mutirões que contam com ajuda de integrantes do movimento e de outros indivíduos, inclusive membros do poder público, sensibilizados pela causa, como relata um dos entrevistados, integrante da Horta da Saúde: “[...] A subprefeitura fornece água em época de estiagem [...] pessoas vizinhas trazem podas de jardinagem no prédio para a gente picar e jogar na horta”. Só no ano de 2016, foram realizados em torno de 50 mutirões nessas hortas. Também no Largo da Batata houve a construção de mobiliários urbanos de modo coletivo por integrantes do movimento “A Batata Precisa de Você!”, o que gerou mais visibilidade para o coletivo, conforme relata uma das entrevistadas:

[...] Começamos a fazer mobiliários temporários com material descartável. O mobiliário ficou durante toda a semana: as pessoas usavam para baterpapo, mas também vimos pessoas quebrando e roubando os mobiliários e íamos lá e fazíamos de novo [...] depois disso, pessoas começaram a realizar intervenções no espaço e isso gerou maior diálogo com o poder público que inclusive considerou estas experiências de intervenção para a realização da Fase 3 da operação Largo da Batata.

Quanto ao poder e capital social, a análise dos dados evidencia que há ações diretas para atrair integrantes, sensibilizá-los e persuadi-los a agir pela causa, com postagens nos grupos do Facebook buscando novos voluntários para a manutenção do local, conforme relato encontrado na página da “Horta da FMUSP”: “Estamos precisando de mais voluntários na Horta da FMUSP. Caso você queira ajudar e não sabe como, venha nos ajudar a regar as plantas. Com o tempo, você vai aprendendo o nome das plantas, vai observar seu crescimento, o aparecimento das flores e frutos [...]. Não tem como não gostar! [...]”. Nesse sentido, destaca-se a compreensão de uma das entrevistadas quanto ao uso das redes sociais nessas estratégias: “Para mim, a rede social não tem muito uso social, mas uso político. Se você for no meu perfil, praticamente, não tem nenhum post pessoal [...] uso o Facebook como um meio de comunicação [...]. É uma plataforma que hoje em dia eu não preciso mais estar vinculada a um proprietário dos meios de produção [...]”, remetendo ao que Castells (2013) afirma ser um dos diferenciais desses novos movimentos sociais: a capacidade de produzir, de modo autônomo, uma comunicação livre de mediações e controles daqueles que detêm o poder institucional.

Há ações focadas na divulgação ampla de ações dos movimentos e de informações relacionadas e divulgadas pelas mídias de massa, incluindo, por exemplo, situação do consumo e qualidade da água e alimentação saudável (hortas urbanas); benefícios de áreas verdes para a qualidade de vida e uso do espaço público para recreação e lazer (praças); além de projetos de mobilidade urbana inclusiva (mobilidade urbana). Nesse sentido, as notícias veiculadas não se restringem à esfera nacional, mas abarcam principalmente acontecimentos e descobertas de outros países, o que mostra a lógica de atuação *glocal* desses movimentos, defendida por Di Felice (2013a), que pode estar relacionada com a formação educacional dos integrantes desses movimentos, em sua maioria com pós-graduação e vivência por um tempo no exterior.

Há, finalmente, o uso das TIC para socializar palestras, cursos e seminários. Somente no ano de 2016, esses grupos em conjunto, realizaram na cidade de São Paulo mais de 200 eventos, alguns deles com parcerias, participação e até execução em locais do poder público, demonstrando que há uma relação entre esses movimentos e o governo. Embora a maioria dos entrevistados aponte certa ausência de proximidade com o governo, ou uma experiência que transita entre conflito e coalizão, como relatam duas entrevistadas (“É uma relação sempre tensa. Relação de conflito e depois de parceria” e “É uma relação boa, de diálogo, mas com pressão”), percebe-se pela observação de grupos no Facebook a presença de membros do poder público em alguns deles.

A análise da situação de ação desses movimentos sugere que seus integrantes seguem atentos às propostas realizadas pelo governo e, quando necessário, o pressionam para obter voz ativa nas tomadas de decisões ou até mesmo para obterem informações, por exemplo, de alterações no planejamento do espaço urbano. Ainda que o uso das TIC por esses actantes promova novas formas de organização, agregação de cidadãos e ampliação do alcance de suas causas, o que se verifica na prática é que os participantes desses novos movimentos não descartam a necessidade de continuarem a se engajar e participar em instâncias mais formais e tradicionais de representação social, junto do governo, para intervirem nos processos decisórios. Isso fica claro nas entrevistas realizadas quando, no mínimo, um integrante de cada movimento declara ocupar uma cadeira pública nas arenas de discussões locais e governamentais existentes, por exemplo, nos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) (coletivos de hortas e praças) e na Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo (coletivos de mobilidade), como forma de garantir acesso ao governo e comunicação com ele. A utilização das TIC por esses cidadãos possibilita, em tempo real, o acesso aos *policy makers*, construindo uma narração comunicativa não mediada, rápida e direta com os responsáveis pelas tomadas de decisões (ANTONUCCI; FIORENZA, 2016). A análise mostra que não se trata apenas de obter informações pertinentes às causas a serem defendidas por esses coletivos, mas de, num primeiro momento, garantir sua participação como cidadãos, mesmo que de modo consultivo, na arena de discussão. Num segundo momento, buscam reunir argumentos de modo rápido, colaborativo e coletivo nas redes digitais e com outros actantes, tanto em nível local como global, na elaboração de estratégias que possam servir de base para novas discussões. Quando precisam de força para aprovação de um projeto ou causa específica (como o reconhecimento oficial das hortas, diminuição da velocidade nas marginais e inclusão de pedestres nas políticas de mobilidade urbana na cidade) pelo governo ou quando das votações de um cidadão envolvido no movimento para ocupar uma cadeira nas instâncias locais de tomadas de decisões (como os conselhos), utilizam as TIC, sobretudo o Facebook, para o envolvimento de outros cidadãos inseridos em outras sub-redes, inclusive de temáticas diferentes. Assim, mobilizam informações ao compartilharem conhecimentos, habilidades (LÉVY, 2010) e poder em seus respectivos campos de ação (CASTELLS, 2013), a depender da posição de influência em relação a outros movimentos ou ao governo, com relações de amizade ou trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos apresentados e discutidos neste artigo são suficientes para identificarmos essas iniciativas como novos movimentos sociais? Afinal, do que se tratam esses fenômenos? Como eles podem ser referenciados de fato? A difusão das TIC, sobretudo das redes sociais, trouxe à tona essas experiências que emergem da rede e que, a partir de suas interações virtuais, constroem significados e transformações sociais e dos territórios (re)configurando o urbano do século XXI. Contudo, “[...] a emergência de um social invisível, difícil de se observar, catalogar e ordenar, enquanto não mais somente urbano e territorial, e também praticamente anônimo” (DI FELICE, 2009, p. 290) traz novos desafios àqueles que se propõem a entender como as TIC têm moldado estilos de vida e concepções de uso do espaço urbano e, ao mesmo tempo, proporcionado novas formas de inserção dos cidadãos nas tomadas de decisões locais.

As iniciativas que emergem na megacidade de São Paulo e também de estudos internacionais evidenciam que, em comum, esses coletivos buscam o direito à cidade, sob a lógica de inserção igualitária nas arenas de decisões locais, independentemente de suas áreas de atuação. Para tanto, lançam mão das TIC, a fim de se empoderarem por meio da obtenção de informações relevantes às tomadas de decisões, valorizando capitais sociais e o compartilhamento de poder para pressionar o governo nas causas reivindicadas. Como resultado, reconfiguram o processo de produção do espaço público, a exemplo da criação das hortas urbanas e da revitalização de praças públicas antes abandonadas, além de ampliarem os processos de negociação, particularmente em situações de risco e conflitos de poder e interesse, como nas discussões de políticas públicas de mobilidade urbana na cidade de São Paulo. Como as experiências estudadas evidenciam, por meio das TIC esses coletivos engajam cidadãos, impulsionam a mobilização, trazem à tona questões aparentemente silenciadas e buscam conectar o local com o global. Dentro da lógica de net-ativismo, esses novos movimentos expressam uma nova cultura habitativa, buscando modificar o contexto da sociabilidade, de modo a atuarem como agentes modeladores do espaço urbano. Contudo, como os dados discutidos neste artigo mostram, seus integrantes reconhecem os limites de uso das TIC para suas atuações e causas e, por isso mesmo, não abrem mão de participar de instâncias mais formais e tradicionais de representação para intervirem nos processos decisórios.

Essas características nos levam a propor que esses coletivos se assemelham ao que Di Felice (2013b) conceitua como movimentos net-ativistas, uma vez que emergem das redes digitais e continuam suas ações nas ruas das cidades, valorizando uma identidade política, mas recusando a institucionalização. Ao que tudo indica, esses coletivos estão no meio do caminho, em um “vir a ser” que ainda não se formalizou. Por certo, essas iniciativas colocam em debate o rumo das futuras pesquisas focadas nas conexões entre tecnologia, megacidades, movimentos urbanos, governança e uso e produção do espaço urbano. Evidenciam a necessidade de estudos que busquem compreender as motivações que levam os cidadãos a participar desses movimentos e descrições mais específicas da lógica de ação nessa atuação em rede (CASTELLS, 2010), com análises mais detalhadas sobre fluxos de informação, posicionamentos dos indivíduos nas redes, influências entre os actantes e nos processos decisórios em nível local. Para lançarem luz, esses estudos demandam uma perspectiva e atuação interdisciplinar dos pesquisadores, que agora, mais do que nunca, são chamados a

Juliana Barbosa Zuquer Giaretta é graduada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário São Camilo; especialista em Saúde Ambiental, mestra em Saúde Pública e doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: jzuquer@usp.br

Gabriela Marques Di Giulio é graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); mestra em Política Científica e Tecnológica e doutora em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); professora no Departamento de Saúde Ambiental, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: ggiulio@usp.br

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 1º de julho de 2017.

integrar conhecimentos de diferentes campos científicos, afinando um diálogo (cada vez mais necessário) entre Ciência Política, Sociologia, Comunicação, Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia(C&T), Geografia e Ciências Ambientais para compreender em profundidade as relações estabelecidas por esses movimentos e entre seus integrantes em estruturas em forma de redes.

REFERÊNCIAS

- AKRICH, M.; CALLON, M.; LATOUR, B. *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*. Paris: Ecole des Mines de Paris, 2006.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- ANTONUCCI, M.C.; FIORENZA, A. *Democraziadalbasso: cittadiniorganizzati a Roma e nel Lazio*. Roma: Gangemi, 2016.
- ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. *Social Research Update*, Guildford, n. 33, 2001. Disponível em: <<http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- BARBER, B. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- BAUMAN, Z. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI España, 2002.
- _____. A política na sociedade de risco. *Revista Ideias*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 229-252, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/66>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Réplicas e críticas. In: _____. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1996. p. 207-254.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Comp.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood, 1985. p. 241-258.
- CARLOS, A.F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. *O poder da comunicação*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2015.
- COLDING, J.; BARTHEL, S. The potential of ‘Urban Green Commons’ in the resilience building of cities. *Ecological Economics, Amsterdam*, v. 86, p. 156-166, fev. 2013. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.10.016>
- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A.J. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-96.
- DANN, G. E.; HADDOW, N. Just doing business, or doing just business: Google, Microsoft, Yahoo!, and the business of censoring China’s Internet. *Journal of Business Ethics*, New York, v. 79, n. 3, p. 219-234, maio 2008. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9373-9>
- DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. *Contemporanea: Revista*

- de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 267-283, maio/ago. 2013a. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneapcom/article/view/8235>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- _____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *MATRIZES*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 49-71, jul./dez. 2013b. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i2p49-71>
- DI FELICE, M.; TORRES, J. C.; YANAZE, L. K. H. *Redes digitais e sustentabilidade: as interações com o meio ambiente na era da informação*. São Paulo: Annablume, 2012.
- DI GIULIO, G.M. et al. *Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo: sustentabilidade em debate*, 2017 (no prelo).
- GARRETT, K. Protest in an information society: A review of literature on social movements and new ICTs. *Information, Communication and Society*, Abingdon, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2006. doi: <https://doi.org/10.1080/13691180600630773>
- GAUDIN, J. P. A governança moderna, ontem e hoje: alguns esclarecimentos a partir das políticas públicas francesas. In: *Curso de Gestão Urbana das Cidades*. 14 a 26 de maio de 2001. Belo Horizonte/MG: EG/FJP, WBI, LILP, ESAF, IPEA.
- GIDDENS, A. *Risk and responsibility*. *Modern Law Review*, Hoboken, v. 62, n.1, p. 1-10, 1999. doi: <https://doi.org/10.1111/1468-2230.00188>
- _____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago., 2011. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- _____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2014.
- GUIMARÃES, N.A.; MARTIN, S. (Org.) *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Senac, 2001.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, London, n. 53, p. 23-40, set./out. 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- _____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JAEGER, P.T.; MATTESON, M. E-government and technology acceptance: the implementation of Section 508 guidelines for e-government websites. *Electronic Journal of E-Government*, Reading, v. 7, n. 1, p. 87-98, 2009. Disponível em: <<http://www.ejeg.com/volume7/issue1/p87>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- KARAMAGIOLI, E. et al. Environmental democracy via ICT: public participation via ICT towards a sustainable environment. In: EASTERN EUROPEAN EGOV DAYS, 8., 2010, Praga. *Proceedings...*Praga, 2010.
- LATOUR, B. On actor-network theory: a few clarifications plus more than a few complications. *Soziale Welt*, Berlin, v. 47, p. 369-381, 1996.
- LEFEBVRE, H. Da cidade à sociedade urbana. In: _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 15-32.
- _____. Dissolving city, planetary metamorphosis. *Environment and Planning D: Society and Space*, Thousand Oaks, v. 32, n. 2, p. 203-205, 2014. doi: <https://doi.org/10.1068/d3202tra>
- LEITE, C. São Paulo, megacidade e redesenvolvimento sustentável: uma estratégia propositiva. *URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 117-126, 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd1=3628&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- LEMOS, A.A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

- LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LIRA, J.; FERNANDES, A.C. Editorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 17, n. 3, p. 7-13, set./dez. 2015. doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p7>
- MATIAS, E.F.P. *A humanidade contra as cordas: a luta da sociedade global pela sustentabilidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOON, M. J. The evolution of e-government among municipalities: Rhetoric or reality? *Public Administration Review*, Hoboken, v. 62, n. 4, p. 424-433, 2002. doi: <https://doi.org/10.1111/0033-3352.00196>
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOVIMENTO BOA PRAÇA. Quem somos. s.d. Disponível em: <<http://movimentoboapraça.com.br/sobre-nos-2/quem-somos/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- OLIVEIRA, R.G.; SANTOS, L.F.P. Internet como alternativa para o engajamento cívico: reflexões sobre o caso das ONGs. *Animus*, Santa Maria, v. 12, n. 23, p. 189-203, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/217549773720>
- ONU-HABITAT. *World cities report 2016*. Nairobi: UN Habitat, 2016. Disponível em: <<http://wcr.unhabitat.org/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- PEREIRA, M.A. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 1-26. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- QUAN-HAASE, A.; WELLMAN, B. How does the internet affect social capital. In: HUYSMAN, M.; WULF, V. (Org.). *Social capital and information technology*. Cambridge: MIT Press, 2004. p. 113-132.
- RENN, O. The social arena concept of risk debates. In: KRIMSKY, S. (Ed.). *Social theories of risk*. Westport: Greenwood Publishing Group, 1992. p. 179-196.
- SANTAELLA, L.; LEMOS, R. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010.
- SANTOS JUNIOR, O.A. Urban common space, heterotopia and the right to the city: reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. *URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 146-157, maio/ago. 2014. doi: <https://doi.org/10.7213/urbe.06.002.se02>
- SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015. Dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 11 jun. 2015, p. 1.
- SASSEN, S. *Espaços urbanos*. 2017. Filme (3:54 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ic0uQWcv-E0&app=desktop>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPUR, 1995. p. 1045-1052.
- SETO, K.C.; SÁNCHEZ-RODRÍGUEZ, R.; FRAGKIAS, M. The new geography of contemporary urbanization and the environment. *Annual Review of Environment and Resources*, Palo Alto, v. 35, p. 167-194, 2010. doi: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-100809-125336>
- SMITH, G. *Power beyond the ballot: 57 democratic innovations from around the world*. London: Power Inquiry, 2005.

- SOUZA, M.L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Londres: Addison-Wesley, 1978.
- TORRES, J.C. Cyborgracia: entre a gestão digital dos territórios e as redes sociais digitais. In: DI FELICE, M. (Org.). *Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. p. 227-285.
- VALCOUR, P. M.; HUNTER, L. W. Technology, organizations, and work-life integration. In: KOSSEK, E. E.; LAMBERT, S. J. (Ed.). *Work and life integration: organizational, cultural, and individual perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2005. p. 61-84.
- VON WALDENBERG, W. Electronic government and development. *European Journal of Development Research*, New York, v. 16, n. 2, p. 417-432, 2004. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0957881042000220886>>. Acesso em: 26 jul. 2017.